

A ESTRUTURA GERAL DO SAJU

Coordenador: LUIZA HELENA MALTA MOLL

O Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SAJU-UFRGS), é um programa permanente de extensão da Faculdade de Direito voltado à realização de projetos, atividades e ações de extensão articulados, sempre ligados às questões envolvendo direitos humanos, cidadania e acesso à justiça aos necessitados. Foi fundado em 1950 por estudantes de Direito. A compreensão da estrutura geral do SAJU passa pela abordagem de seus objetivos, princípios, metodologia, tema este que é analisado através dos principais projetos desenvolvidos e em andamento no SAJU. O trabalho do SAJU tem por objetivo estimular o contato do estudante com a sociedade, proporcionando-lhe uma visão mais concreta do mundo em que ele atuará. Nesse sentido duas linhas de extensão são desenvolvidas pelos projetos do SAJU no que se refere à metodologia e aos objetivos:

- a) Assistência jurídica - proporciona à comunidade carente de Porto Alegre e arredores o acesso a serviços jurídicos, como ajuizamentos, acompanhamento judicial e aconselhamentos. O trabalho é desenvolvido por grupos conforme as matérias de direito atendidas. Direito Civil e Família (G1, G2, G3, G4 e G6), Criança e Adolescente (G5), Consumidor (G7) e Direito Penal - Causas dos Juizados Especiais Criminais (GEIP);
- b) Assessoria jurídica - leva à comunidade maior conhecimento dos direitos e deveres dos quais ela é sujeito. Estes grupos trabalham com demandas coletivas, educação popular, fortalecimento comunitário, justiça social, despertando na comunidade a consciência de seus direitos e a importância de organizar-se para que eles sejam respeitados. Há dois grupos de assessoria no SAJU: o GAJUP (Projeto "Tá Direito?") trabalha com alunos em escolas públicas, e o GAP (Projeto "Abrigando a Cidadania") trabalha com direito à moradia em comunidades ou com órgãos afins. O SAJU conta com quatro projetos permanentes: "A ASSISTÊNCIA NO ACESSO À JUSTIÇA" e o "GRUPO DE ESTUDOS E INTERVENÇÃO EM MATÉRIA PENAL" prestam assistência, enquanto que o "ABRIGANDO A CIDADANIA" e "TÁ DIREITO?" prestam assessoria. A "ASSISTÊNCIA NO ACESSO À JUSTIÇA" possibilita a prática jurídica aos acadêmicos de direito através de atividades extensionistas que viabilizam a pesquisa na busca de respostas para a solução de problemas, bem como o ensino de soluções inovadoras, permite a continuidade à estruturação do SAJU como órgão de assistência jurídica universitária, onde o estudante gerencia vários casos, organiza o cadastro de clientes, acompanha o andamento processual, controla os prazos, assiste audiências, elabora peças processuais,

pesquisas de campo e visita órgãos judiciais. Os Grupos são compostos por advogados que trabalham voluntariamente e assistentes que ingressam nos Grupos mediante seleção feita pelo monitor. Esse projeto conta com 107 integrantes. Os Grupos foram criados em 1996 e vêm se aperfeiçoando. Cada Grupo possui um horário de atendimento ao público, dentro do qual é realizada a triagem das demandas que são trazidas ao SAJU, encaminhando-as para a conciliação, ajuizamento ou orientação. Assim, se aperfeiçoa a proposta filosófico-didático-pedagógica do SAJU, que desde 1997, caracteriza-se por ser uma prestação de serviços inovadora, onde o estudante é o protagonista do processo mediador direto com as partes, desenvolvendo concomitantemente a sua cidadania e a da parte assistida. O segundo projeto da assistência é o "GRUPO DE ESTUDOS E INTERVENÇÃO EM MATÉRIA PENAL" (GEIP) constituído por 10 estudantes. Promove o acesso à justiça em âmbito Penal e garante a defesa dos direitos fundamentais de comunidades carentes, seja por meio da intervenção direta reparadora, seja por meio da conscientização social preventiva. O GEIP atua junto a Juízos Criminais, presta assistência jurídica a vítimas e réus de expedientes criminais, realiza acompanhamento de execução penal e cuida da elaboração e aplicação de oficinas ao público-alvo. O diferencial do projeto para 2005 é a ampliação da atuação do grupo: incursão na defesa em delitos de procedimento ordinário, bem como casos de execução penal, fiscalizando o cumprimento de pena e propondo medidas judiciais cabíveis do apenado. O SAJU, como já mencionado, apresenta dois projetos dentro da assessoria: "ABRIGANDO A CIDADANIA", com 11 membros. É um projeto universitário de extensão ativa e assessoria jurídica popular desenvolvido e coordenado pelo GAP/SAJU (Grupo de Assessoria Popular do SAJU) em parceria com a ONG de direitos humanos COHRE (Centre on Housing Rights and Evictions - Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos), desde dezembro de 2002. O objetivo geral do projeto é capacitar, orientar e fortalecer moradores de áreas irregulares de ocupação habitacional consolidada para atuarem no alcance de soluções que visem a promoção e garantia do direito à terra urbana e à moradia adequada. Entre os objetivos específicos está: 1) a constituição, capacitação e consolidação de um grupo interdisciplinar de estudantes de graduação para atuar em processos de capacitação de comunidades de baixa renda de Porto Alegre e Região Metropolitana na aquisição do direito à moradia; 2) o debate e a proposição de soluções para os problemas habitacionais dos moradores de áreas irregulares com base em políticas públicas, estudos, pesquisas, legislação nacional e internacional, instrumentos e jurisprudência de garantia de acesso à terra e à moradia adequada; 3) a capacitação de moradores e lideranças comunitárias para a compreensão de leis, instrumentos e ações visando à regularização fundiária, à urbanização e à melhoria das condições de

habitabilidade das áreas ocupadas; 4) o fortalecimento de entidades e lideranças comunitárias para atuação na defesa e garantia do acesso à terra e à moradia adequada, mediante a troca de experiências e conhecimentos entre as comunidades participantes. O segundo projeto da assessoria é o "TÁ DIREITO?" criado em 2001 e constituído por 15 estudantes. O GAJUP - Grupo de Assessoria Jurídica Popular está em consonância com a tríade universitária: ensino, pesquisa e extensão. O projeto atua em escolas das redes estadual e municipal de Porto Alegre. Visa despertar a percepção crítica dos indivíduos envolvidos, afim de que esses sejam sujeitos de direito ativos e não indivíduos de índole passiva e/ou conformista. O Grupo prioriza demandas coletivas e preconiza a formação da personalidade cidadã, atuante no sentido de consolidar instituições políticas fundamentais para o constante processo de construção da democracia, tanto no âmbito representativo quanto na esfera participativa. O projeto atua elucidando questões relevantes, como a importância do voto e do exercício consciente da cidadania. Opera com intuito de despertar a consciência coletiva dos educandos para a relevância do papel de cada um no processo político da construção da sociedade. Paralelamente, o Grupo cuida dos fatos corriqueiros, como a influência dos meios de comunicação, aspectos referentes à ecologia, respeito mútuo e responsabilidade individual. Percebe-se que os projetos de modo geral procuram dar condições à comunidade carente para que esta possa atuar de forma igualitária em uma sociedade que se revela cada vez mais injusta. Assim, o acesso à justiça pode ser entendido como um fator de integração social, possibilitando a todos os indivíduos a concretização de seus direitos fundamentais e viabilizando a construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária.